



TRIBUNA DO PLANALTO

ANO 38 - Nº 1.845 - R\$ 2 - GOIÂNIA, 17 A 23 DE MAIO DE 2026
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

ELEIÇÕES 2026

Pesquisas apontam forte consolidação de Daniel Vilela após assumir governo



Com intensa agenda desde que chegou ao comando do Estado, pré-candidato à reeleição cresceu nos dois principais levantamentos divulgados, ampliando a vantagem na liderança. **Página 7**

ENTREVISTA

FLÁVIA MORAIS

Deputada federal (MDB)



Flávia Moraes critica isolamento do PDT e aposta em “super chapa” do MDB

Líder da bancada goiana no Congresso Nacional, ela critica a decisão do PDT de não formar federação partidária, analisa os impactos da cláusula de barreira e projeta o fortalecimento do MDB em Goiás. Ela aborda a boa relação com o governo federal e os projetos políticos do grupo liderado por ela e pelo deputado estadual Dr. George Moraes em Trindade. **Páginas 4, 5**

REFORMA TRIBUTÁRIA

Cidades industriais enfrentarão queda de arrecadação

Divulgação



Estudos do Instituto Mauro Borges apontam que mais de 100 municípios terão perda de R\$ 1 bilhão por ano. **Página 8**

ESCOLA

Ensino privado trava mudanças nas licenciaturas



Proposta que exige mais aulas presenciais nas licenciaturas sofre resistência do setor privado. **Página 12**

PODERES

Articulação no TCM reduz tensão entre Câmara e Prefeitura sobre emendas

Após reunião mediada por Anselmo Pereira, vereadores apostam em liberação de pagamentos em até um mês, mas alertam para risco de crise política se impasse persistir. **Página 10**



BASTIDORES DO PODER

Bruno Peixoto amplia poder na Alego e se consolida no núcleo do governismo

Entre embates sobre orçamento, aproximação com Daniel Vilela e articulações para 2026, presidente da Assembleia transforma tensão institucional em capital político. **Página 6**



TRIBUNA POLÍTICA

Daniel busca base própria pós-Caiado

Com ampliação do MDB e disputa por espaço político, governador começa a ser testado. **Página 3**

HERIVELTO NUNES

Ancelotti anuncia convocados

Treinador divulga lista final da seleção brasileira para o Mundial de 2026 pressionado sobre presença do Neymar. **Página 11**

MINERAIS

Audiência na Alego expõe disputa política e econômica pelas terras raras de Goiás



Debate sobre venda da Serra Verde para grupo dos EUA mobiliza governo, oposição e ambientalistas em meio à corrida global por minerais. **Página 9**

EDITORIAL

O desafio do TSE em 2026

Ao assumir a presidência do Tribunal Superior Eleitoral, o ministro Nunes Marques acertou ao colocar no centro de seu discurso a defesa da soberania popular e da confiança nas urnas eletrônicas. Não se trata apenas de uma formalidade institucional. As eleições de 2026 já se desenham como um dos processos mais delicados da história recente do país, marcados por um ambiente de radicalização política, circulação massiva de desinformação e uso cada vez mais sofisticado da tecnologia para manipular o debate público.

O principal desafio do TSE será preservar a credibilidade do sistema eleitoral diante de uma ofensiva previsível de ataques às urnas eletrônicas. Ainda que o modelo brasileiro seja reconhecido internacionalmente por sua eficiência e segurança, setores políticos continuarão tentando semear dúvidas sobre o processo eleitoral, muitas vezes sem provas e com o objetivo claro de enfraquecer a legitimidade do resultado das urnas. Não basta ao Tribunal afirmar que o sistema é seguro. Será necessário ampliar a comunicação com a sociedade, investir em transparência e responder rapidamente às campanhas organizadas de desinformação.

Nesse cenário, a inteligência artificial surge como um fator de preocupação sem precedentes. Ferramentas capazes de criar vídeos falsos, manipular vozes e fabricar conteúdos aparentemente autênticos podem transformar a mentira em arma política de grande alcance. O risco não está apenas na produção dessas fraudes, mas na velocidade com que elas se espalham pelas redes sociais antes que possam ser desmentidas.

O alerta feito por Nunes Marques é correto: a tecnologia pode fortalecer a democracia, mas também pode servir à corrosão da confiança pública. Caberá ao TSE encontrar o equilíbrio entre combater abusos e preservar a liberdade de expressão, tarefa complexa em qualquer democracia.

As eleições de 2026 serão mais do que uma disputa política. Serão um teste de resistência institucional. E o êxito desse processo dependerá da capacidade da Justiça Eleitoral de proteger não apenas as urnas, mas a própria confiança do cidadão no voto como instrumento legítimo da democracia brasileira.

ARTIGO

Por que estamos tão esgotados?

Ultimamente, a palavra "cansaço" deixou de ser apenas um estado passageiro e passou a se tornar quase uma identidade coletiva. Muitas pessoas relatam sentir-se constantemente esgotadas, seja mental, emocional ou até fisicamente. Isso levanta uma pergunta importante: por que estamos tão cansados?

Parte da resposta está em como tradicionalmente entendemos saúde mental. Durante muito tempo, considerou-se que estar mentalmente saudável significava simplesmente não apresentar um transtorno psicológico. Ou seja, na ausência de ansiedade, depressão ou outras condições clínicas, presumiríamos que a mente estaria funcionando bem.

Mas saúde mental não é apenas a ausência de doença.

Ela também envolve a presença de um funcionamento cognitivo e emocional saudável. Isso inclui capacidade de atenção, clareza mental, autoconhecimento, regulação emocional, flexibilidade psicológica, autocontrole, capacidade de tomar boas decisões, entre outros.

Quando essas habilidades relacionadas às chamadas Funções Executivas começam a falhar, mesmo sem um diagnóstico clínico, o resultado frequentemente aparece na forma de fadiga mental, irritabilidade e sensação de sobrecarga constante.

Vivemos em um ambiente que exige muito do cérebro. A quantidade de estímulos, decisões, informações e pressões diárias pode ultrapassar a capacidade natural do nosso sistema de processar tudo de forma equilibra-

da. Ao mesmo tempo, muitos dos hábitos que sustentam o bom funcionamento cerebral, tais como pausas mentais, sono reparador, atenção plena e regulação emocional, acabam sendo negligenciados.

O esgotamento, portanto, muitas vezes não é um sinal de fraqueza individual, mas um indicador de que nossos sistemas mentais estão operando em modo de sobrevivência por tempo prolongado.

Mas você já percebeu que nem tudo que nos recarrega é necessariamente descanso?

Veja, muitas atividades que nos devolvem vitalidade podem até cansar o corpo, mas ainda assim restauram nossa energia vital. Isso acontece porque elas despertam, nosso sentido de propó-

ARTIGO

Como o excesso de informações impacta na relação com a dor?

Em um cenário onde todos opinam sobre saúde, as redes sociais se tornaram uma fonte constante de informação, e também de distorção. O excesso de conteúdo, muitas vezes sem contexto ou embasamento, tem contribuído para um fenômeno crescente: o aumento do medo relacionado à dor.

Muitos pacientes chegam aos consultórios já carregando crenças formadas a partir de relatos vistos online. Experiências individuais são frequentemente apresentadas como verdades absolutas: "minha dor piorou ao subir escadas", "me machuquei ao treinar", "parei e melhorei" ou até afirmações alarmistas como "correr faz o osso bater com o osso". O problema é que cada corpo responde de forma única.

O que acontece com um não define o que acontecerá com outro.

A exposição excessiva a conteúdos alarmistas ativa mecanismos de alerta no cérebro. A pessoa passa a observar mais o próprio corpo, interpretar sensações com preocupação e evitar movimentos por medo. Forma-se um ciclo conhecido: medo gera tensão, tensão gera rigidez, a rigidez aumenta a dor, e a dor reforça o medo.

Além disso, a repetição dessas mensagens amplia o alcance do problema. Uma experiência pessoal compartilhada sem contexto pode gerar pânico coletivo, especialmente em quem já está fragilizado. A dor deixa de ser apenas física e passa a ser influenciada pela expectativa negativa. Informação é essen-

cial, mas precisa de critério. Nem tudo que é visto ou ouvido se aplica à realidade individual. Buscar orientação qualificada, reduzir o consumo de conteúdos alarmistas e compreender que o corpo é adaptável são passos fundamentais para quebrar esse ciclo.

Em tempos de excesso de informação, proteger a mente tornou-se também uma forma de tratar a dor.



Luiz Sola é fisioterapeuta, especialista em dor crônica e autor do livro "365 dias sem dor"

coletivo que vemos hoje seja, na verdade, um convite para repensarmos nossa percepção de saúde, nossa relação com a produtividade e com aquilo que realmente nos devolve energia. Afinal, o cérebro humano não foi feito apenas para suportar demandas, mas para encontrar sentido, equilíbrio e direção.



Juliana Zella é especialista em Neurociência e Comportamento, com formação em Psicologia Positiva e em Mindfulness



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Tribuna Política

Domingos Ketelbey
dksilveira@gmail.com

Daniel terá de transformar herança de Caiado em comando próprio



Vice em movimento

Zé Mário Schreiner tem intensificado agenda com prefeitos, vereadores, vice-prefeitos e lideranças religiosas em diferentes regiões de Goiás. Cotado para vice de Daniel, o presidente licenciado da Faeg e do Sebrae trabalha o ativo que seus aliados mais vendem: capilaridade.

Fé na vice

A movimentação de Zé Mário não é neutra. Ao circular pelo interior, ele tenta mostrar que não é apenas nome do setor produtivo, mas operador político com entrada municipal. Ele também entra num terreno que até pouco tempo atrás era vista como exclusiva de outro "concorrente": a bolha religiosa.

Concorrência de fé

A entrada de Zé Mário na agenda com lideranças religiosas mostra que o campo evangélico deixou de ser tratado como território exclusivo do ex-senador Luiz do Carmo, irmão do Bispo Oides. A disputa pela vice, nesse ponto, ficou mais sofisticada. Não se trata apenas de quem fala com igrejas, mas de quem consegue converter essa relação em voto, palanque e confiança política.

Defesa pública

Presidente estadual do Podemos, Glaustin da Fokus defendeu o ex-senador, para a vice, mesmo fora do seu partido. A este colunista, disse que ele "agrega muito mais" pela ligação com a igreja e pelo grupo político. Também afirmou que a ida de Luiz para o PSD foi "alinhada" e "construída" dentro da base.

União pós-Caiado

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), Bruno Peixoto, foi oficializado na última quarta-feira, presidente estadual do União Brasil em Goiás. O partido tenta responder à pergunta que ficou depois da saída de Caiado para o PSD: ainda tem força própria ou dependia do ex-governador para se manter protagonista em Goiás?

Conta ambiciosa

Em Goiânia, Antônio Rueda projetou o União Brasil com até sete cadeiras em Goiás. A conta passa por nomes como Bruno Peixoto, Delegado Waldir, Silvyne Alves e Valéria Pettersen, recém-filiada à sigla. É meta alta e também recado ao MDB e ao PSD: o União quer manter o protagonismo. Mesmo sem Caiado.

O governador Daniel Vilela (MDB) chegou ao Palácio das Esmeraldas com a benção do antecessor Ronaldo Caiado (PSD), o sobrenome de Maguito e uma base acostumada a operar sob comando forte. Essa combinação ajuda, mas também cobra. A eleição de 2026 será menos um plebiscito sobre a gestão herdada e mais um teste sobre a capacidade de Daniel transformar a continuidade em liderança.

O primeiro movimento está no partido. O MDB estimou mais de 5 mil novas filiações em um ato que aconteceu em Goiânia, na última sexta-feira (15), incluindo prefeitos, vice-prefeitos e lideranças municipais. A sigla agora chega a quase 120 mil filiados em Goiás e tenta ocupar terreno antes que a campanha comece de fato.

A expansão emedebista tem um cálculo claro. Daniel não pode depender apenas da memória positiva do governo Caiado. Precisa de prefeitos, vereadores, cabos eleitorais e chapas proporcionais funcionando sob sua própria articulação.

Caiado segue no tabuleiro goiano. Mesmo lançado à pré-candidatura presidencial pelo PSD, o ex-governador comandou reunião da executiva estadual do partido em Goiânia, discutiu chapas proporcionais e projetou uma base robusta para Daniel, com expectativa de 12 a 13 deputados federais e até 35 estaduais no campo governista.

Essa presença ajuda Daniel, mas também mostra o tamanho do desafio. O governador precisa do aval de Caiado, mas não pode parecer tutelado por ele. Precisa defender a continuidade, mas sem virar gerente de um terceiro mandato caiadista. Precisa agradecer a herança, mas governar como dono da chave.

A escolha do vice será o primeiro teste mais visível dessa autonomia. Lideranças da base trabalham com junho como horizonte para a definição. Daniel já disse que o nome deve "agregar politicamente e eleitoralmente" e ser "um parceiro para governar". A frase é protocolar, mas o recado é objetivo: a vaga será usada para medir força, acomodar aliados e ampliar densidade eleitoral.

A lista de interessados mostra a complexidade da base. Luiz do Carmo, Zé Mário, Adriano da Rocha Lima, Gustavo Mendanha, Paulo do Vale. Todos querem seu lugar à mesa. A vice não será apenas uma composição. Será a primeira fatura cobrada pelos sócios da sucessão.

Daniel sabe que a comparação com Caiado será inevitável. Foi empossado em 31 de março, após a desincompatibilização do ex-governador para disputar a Presidência da República, e fez um discurso de continuidade. Agradeceu a Caiado, chamou-o de parceiro e disse que Goiás virou exemplo para o país.

A reestreia de Daniel nas urnas, portanto, começa antes da campanha. Está na montagem do MDB, na escolha do vice, na relação com o PSD de Caiado, no espaço dado ao União Brasil de Bruno Peixoto, no peso de Gracinha Caiado ao Senado e na capacidade de neutralizar o ex-governador Marconi Perillo e o senador Wilder Moraes, principais adversários na disputa, sem alimentar a ideia de volta ao passado.

O governador tem a vantagem da máquina e da continuidade. Mas 2026 vai cobrar algo mais específico: comando. A herança de Caiado pode levar Daniel até a largada. A partir daí, ele terá de provar que sabe conduzir a própria corrida.

Volta ao poder

Haroldo diz que o movimento mostra a "resiliência" do MDB. A leitura é simples: o partido quer transformar memória, capilaridade e governo em musculatura eleitoral. "Com a volta ao poder, depois de 28 anos, um governo que tem entrega, resultados e credibilidade, a população entende que esse projeto precisa ter continuidade", afirmou à coluna.

Daniel no centro

O presidente do MDB não esconde o objetivo do mutirão. Para ele, a nova leva de filiações ajuda a sustentar a candidatura do governador Daniel Vilela em outubro. O dirigente também faz uma projeção: o MDB teria hoje algo próximo de 800 mil votos entre militantes e simpatizantes. É conta de presidente de partido, claro, mas ajuda a entender a ambição da legenda.

Nomes se mexem na segurança

A segurança pública começa a se organizar para 2026. Reeleito presidente do Sindicato dos Policiais Cívicos de Goiás, Renato Rick se filiou ao Agir, partido que está na base do governador Daniel Vilela, e trabalha nos bastidores para disputar uma cadeira na Assembleia Legislativa. A pauta da reestruturação da Polícia Civil deve ser o eixo da pré-campanha.

Farda federal

Na ala militar, Subtenente Sérgio também se movimenta. Presidente reeleito da Assego, ele passou a ser tratado por aliados como nome para a Câmara dos Deputados. A aposta é levar para a disputa federal uma pauta conservadora, com base na segurança pública e na rede construída dentro da associação.

Retorno ao MDB

Dr. George Moraes tratou a filiação ao MDB como um retorno às origens. Natural de Caiapônia, o deputado estadual lembrou que sua primeira filiação foi ao partido e disse que a mudança ocorreu após mais de 16 anos no PDT, em meio à nova conjuntura de redução e aglutinação das legendas.

Chapa difícil

George nega que tenha escolhido o MDB por facilidade eleitoral. Pelo contrário. Disse que a legenda terá a chapa "mais competitiva" para deputado estadual em 2026, mas afirmou que a decisão foi tomada por "convicção" e "coerência", dentro do projeto político de Daniel Vilela.

2028 na mesa

Dr. George Moraes foi além da filiação ao MDB e já colocou a eleição de 2028 no radar de Trindade. O deputado estadual afirmou que Jânio Darrot deve voltar a disputar a Prefeitura com apoio dele, da deputada federal Flávia Moraes, de Daniel Vilela e, segundo disse, "pelas mãos do povo de Trindade".

Presidente estadual do MDB, Haroldo Naves classificou à Tribuna Política como um "sucesso" o mutirão promovido na última sexta-feira (15) pelo partido. Foram 5 mil novas filiações, incluindo prefeitos, vice-prefeitos, ex-prefeitos, ex-vereadores e lideranças de diferentes segmentos. Segundo ele, a legenda chegou perto da marca de 120 mil filiados e reforçou a estrutura de sustentação da candidatura de Daniel Vilela à reeleição.



ENTREVISTA - FLÁVIA MORAIS

Flávia Morais deixa PDT, critica isolamento do partido e aposta em “super chapa” do MDB

Andréia Bahia e Domingos Ketelbey

Em meio à reorganização do cenário político para as eleições de 2026, a deputada federal Flávia Morais deixa o PDT após 16 anos de filiação e passa a integrar o MDB, partido do governador Daniel Vilela. Líder da bancada goiana no Congresso Nacional, ela fala sobre os bastidores da saída, critica a decisão do PDT de não formar federação partidária, analisa os impactos da cláusula de barreira e projeta o fortalecimento do MDB em Goiás.

Na entrevista à Tribuna do Planalto, Flávia também comenta o cenário eleitoral no Estado, aposta na força política de Daniel Vilela para uma vitória já no primeiro turno, avalia os possíveis adversários da base governista e defende o nome de Ronaldo Caiado como alternativa nacional para disputar a Presidência da República. A deputada ainda aborda os desafios da bancada goiana em Brasília, a relação com o governo federal e os projetos políticos do grupo liderado por ela e pelo deputado estadual Dr. George Morais em Trindade.

TRIBUNA DO PLANALTO

A senhora deixou o PDT após anos de atuação no partido, agora no fim da janela partidária. Qual foi o motivo e o que pesou pela escolha do MDB como nova legenda para disputar a reeleição?

FLÁVIA MORAIS

Foram 16 anos no PDT, esses quatro mandatos de deputada federal. É claro que saio muito pesarosa, porque eu gostava muito de estar no PDT, mas é um movimento natural diante do fim das coligações. Os partidos estão se federando, alguns se fundem, e o PDT acabou ficando sozinho, não quis fazer federação. Com isso, o desafio é muito grande para atingir o coeficiente eleitoral e também para fazer chapa de deputado federal. Por isso, a minha saída, pela dificuldade da construção dessa chapa. Nós tentamos bastante. A escolha do MDB porque é um partido que tem história com Goiás, que tem um legado no nosso estado, um partido também muito respeitado a nível nacional. E nós



estaremos agora, como membros do MDB, trabalhando para fortalecer o partido aqui em Goiás.

A senhora fala que o PDT acabou ficando sozinho, não avançou para nenhum tipo de federação partidária. Houve a possibilidade? A federação poderia ter sido uma alternativa para manter o PDT competitivo?

Com certeza. Teve várias conversas. Nas reuniões partidárias, a gente sempre falava que o partido precisava federar, não só pelo estado de Goiás, mas por todos estados. O PDT perdeu 10 deputados federais, tinha 16, e ficou só com seis. Foi um dos partidos que mais perderam. E não é um problema isolado de Goiás, todos tiveram dificuldade de montar a chapa. Aqui em Goiás, um estado mais conservador, o partido é visto sempre como um partido mais de esquerda, tudo isso foi um grande obstáculo. E a possibilidade era grande de federar, o PSB queria federar, mas a direção do PDT não aceitou, mesmo a gente, durante as reuniões, falando que era necessário.

A negativa partiu da direção nacional?

É, tem executiva nacional, alguns membros, era sempre opinião dividida, tinha alguns que achavam que precisava, outros não. Mas a decisão do presidente foi de não federar, que eu acho que foi um erro. O partido precisava ter feito isso. Mas, de qualquer forma, nós contribuimos muito com o PDT, um partido que tem história, um legado muito grande através da atuação de Leonel Brizola e outros membros que o PDT teve ao longo da sua história. Com certeza, é lamentável que o par-



Fotos: Divulgação

Flávia Morais
Deputada federal (MDB)

tido tenha perdido tantos parlamentares.

O PDT pode não atingir a cláusula de barreira. Imagino que isso tenha sido um fator que influenciou sua decisão pela mudança para o MDB?

Não, porque não é só por conveniência, a gente precisa ter convicção. Eu respeito todos os partidos, mas o MDB é um partido que tem história através dos mandatos do Iris Rezende, do Maguito Vilela, hoje Daniel Vilela é uma grande promessa. E a gente conhece o MDB no estado, o que ele já fez, e acredita que pode somar, sim, com o MDB.

O MDB ofereceu condições de estrutura, condição política para formação de uma chapa competitiva? O MDB vem com uma superchapa?

A chapa de federal são 18 pré-candidatos.

E o partido te ofereceu condições competitivas para disputar a eleição?

Acredito que sim.

Foram 16 anos no PDT, esses quatro mandatos de deputada federal. É claro que saio muito pesarosa, porque eu gostava muito de estar no PDT, mas é um movimento natural diante do fim das coligações.

A mudança partidária foi articulada em conjunto com o deputado estadual Dr. George Morais?

Sim, ele acompanhou, também vai estar no MDB, na reeleição para estadual.

Como é essa definição? As escolhas são tomadas em conjunto também na política?

É, mas sempre com muito respeito. Não necessariamente tem que ser uma decisão conjunta. Tem que ser o que os dois querem, mas sempre existe um respeito e nós buscamos o caminho que fosse bom para os dois.

O PDT tentou convencer a senhora a permanecer no partido?

Sim, tentou. Nós tentamos ficar. Nós tentamos estruturar a chapa, conversamos com muitos pré-candidatos, mas, infelizmente, a gente não conseguiu. E, em Goiás, os pré-candidatos têm uma certa resistência de vir para um partido que é visto como um partido de esquerda. Existe essa resistência também por isso.

A polarização influencia essas decisões dos parlamentares?

Isso. Essa questão da proximidade do PDT (com o governo federal) em Goiás tem um peso também na hora de formar a chapa. Foi uma grande dificuldade que nós tivemos.

O que o PDT vive agora acontece com vários outros partidos, várias outras legendas menores. Muitos parlamentares têm feito o movimento como a senhora fez. A senhora avalia que o sistema atual desfavorece essas médias e pequenas legendas e favorece as maiores?

Mesmo as maiores fizeram federação também. A tendência agora, depois dessa mudança na legislação eleitoral, é de diminuição do número de partidos. Eu concordo com isso, acho que esse número exagerado de partidos é muito ruim para a política. Eu acredito muito que um número menor de partidos é mais legítimo e é mais importante para a política, é mais saudável de se trabalhar. Existem aqueles partidos que ficam, muitas vezes, de aluguel, vem para cá, vai para lá, na conveniência. Eu acredito que o partido precisa ter história, ideologia, legado, coerência. Quando se tem um número muito grande de partidos, partidos que são criados só para estar ali negociando, para estar de um lado ou do outro, isso realmente é ruim para a política. Sem contar a questão de montar a chapa: cada partido coloca aquele tanto de candidato, e fica um número muito maior de candidatos nas eleições e, agora, com o financiamento público, um gasto muito maior. Tudo isso vem ao encontro dessa diminuição: diminuição de custo, diminuição do número de candidatos, diminuição do número de partidos. E aqueles partidos mais estruturados, mais fortes, mais históricos, vão se fortalecendo e prevalecendo.

O PDT tinha tudo para se fortalecer, um partido que tem muita tradição. Por que não conseguiu?

Eu concordo, acho também que foi uma perda muito grande, que era um partido ideológico, um partido que realmente tem coerência, tem história. Mas eles não tiveram essa visão. E hoje eles estão vendo, depois do resultado, que podia ter sido diferente. E a federação é interessante porque ela não tira do partido as suas características próprias, o número, o nome, o histórico. O partido continua sendo o partido, só vai estar unido com outro partido. No caso, o PSB é um partido histórico, que tem muita afinidade com o PDT, é um partido que historicamente tem muita coisa em comum. Por isso, seria muito razoável essa federação, que iria ao encontro à necessidade dessa composição para diminuir esse desafio

que é não ter coligações. Ela ajudaria e não estaria juntando dois partidos muito diferentes, o que também não tem muita lógica. Não faz sentido você pegar dois partidos que não têm afinidade.

Deputada, a senhora é líder da bancada goiana no Congresso. Quais são as prioridades agora, nesse momento de pré-eleição?

A bancada tem trabalhado para a execução das emendas de bancada. É uma das funções da bancada. Estamos trabalhando para conseguir executar o máximo possível ainda antes; porque em ano eleitoral o período de execução é mais curto. Estamos trabalhando para acelerar. Com a mudança do governador, assumiu o vice-governador (Daniel Vilela), os deputados da base estão conversando com o atual governador, aproximando, até para conhecer a pauta desse governo junto ao Congresso Nacional. É outra demanda importante. E nós temos algumas questões que estão na fila para votação, temos pautas, matérias que nem sempre são de interesse comum da bancada. A bancada é suprapartidária, tem vários partidos e, às vezes, algumas matérias dividem a bancada. O que une a bancada são as matérias de interesse do estado de Goiás. Nessas, a bancada tem discutido e tem sido unida, defendendo os interesses. A bancada é muito municipalista, está sempre defendendo também os municípios.

Como está sendo esse contato inicial com Daniel Vilela?

Deve ter uma reunião, até para colher do atual governador as demandas. O ex-governador Caiado sempre se reunia com a bancada e trazia uma pauta ou outra que ele tinha interesse que a bancada atuasse. Hoje, pelas conversas que tivemos com o governador, ele tem uma preocupação grande com a questão do financiamento da saúde, é uma questão que a bancada deve trabalhar para apoiar e ajudar, hoje temos a questão das terras raras, que também é um assunto que repercute muito em Goiás. É um tema novo que todos precisam conhecer melhor e entender o ponto de vista do governo do Estado. Por isso, eu acredito que, na reunião, deve ter uma conversa sobre isso também. Os recursos de bancada, muitos vão atender também o Estado, por isso tem essa interlocução na execução dessas emendas. Muitas emendas são executadas pelo



Daniel Vilela tem uma preocupação grande com a questão do financiamento da saúde e hoje temos a questão das terras raras, que também é um assunto que repercute muito em Goiás.

governo do Estado, outras pelos municípios. Praticamente, são essas as demandas.

A senhora tem uma relação com o governo federal. A mudança de partido altera essa relação? Como ficam também as pautas que a senhora defende em Brasília?

Não temos dificuldade de diálogo com o governo nem com os outros partidos. A gente sempre conseguiu ter um bom trânsito em relação a discussões de várias matérias.

Daniel acenou alguma posição para a senhora no MDB aqui em Goiás?

Com certeza vamos trabalhar para defender os interesses de Goiás, abrindo as portas dos ministérios, sempre com o apoio da bancada, dos parlamentares do estado de Goiás, quando a questão for de interesse do nosso estado. Temos

senadores, deputados federais, sempre que precisa, eles estão juntos para buscar, através da força política dessa bancada, o atendimento em várias áreas do Estado.

Como a senhora avalia hoje a oposição em Goiás? Quem deve ser o adversário que vai tentar polarizar a eleição com o atual governador Daniel Vilela?

Até então, os adversários que estão aí são o ex-governador Marconi Perillo, o senador Wilder Moraes e também a Adriana Accorsi, do PT, do partido do presidente. Esses são os candidatos que estão colocados. Daniel já apresenta uma boa vantagem como pré-candidato ao governo e acredito que ele deve deslanchar ainda mais nesse período de campanha, é um bom nome. E os outros devem disputar a possibilidade de chegar ao segundo turno e, daí, a gente vai saber quem é que vai polarizar.

É uma eleição de dois turnos ou dá para o Daniel bater no primeiro?

Dá para ganhar no primeiro turno. Acredito muito que dá para ganhar no primeiro turno.

Quais são os fatores que podem levar o Daniel à vitória no primeiro turno?

Trabalho, trabalho e desenvoltura na campanha. Tudo isso pode ajudar o atual governador a chegar ainda no primeiro turno.

A senhora defende um nome para vice do Daniel?

Eu tenho amizade com todos, tenho um bom relacionamento com o Zé Mário (Schreiner), que já está fazendo uma articulação, mas eu não

tenho objeção a nenhum dos nomes que estão pretendendo ser vice.

Mas há uma simpatia pelo Zé Mário?

Sim, o conheço, é colega na Câmara Federal, uma pessoa que traz um segmento importante, que é o segmento do agro, uma pessoa séria, comprometida, bem relacionada também a nível nacional. E, aqui em Goiás, uma pessoa querida, foi deputado, ajudou muitos prefeitos, levou muitas emendas, consegue ter um bom trânsito em todos os municípios goianos, acredito que pode somar também. Mas a gente tem outros nomes representando a igreja evangélica, tem também um ex-candidato a governador, ex-prefeito de Aparecida, Gustavo Mendanha. Tem outros nomes que também pretendem.

Como a senhora vê esse voo presidencial do ex-governador Ronaldo Caiado agora, em pré-campanha à Presidência da República?

Eu acho que ele está muito preparado para governar o Brasil. Acho que é um voo ousado, diante dessa polarização forte que tem no país, mas é a cara dele. O Caiado é sempre muito corajoso, ele gosta de enfrentar essas batalhas, está muito determinado, tem o que mostrar: fez um bom governo em Goiás, ganhou duas vezes no primeiro turno e tem bons números, bons resultados para mostrar para o Brasil. E eu torço para que o país consiga ter essa visão, esse entendimento e dar essa oportunidade para que a gente possa sair dessa polarização e avançar um pouco mais, sair dessas discussões partidárias e avançar um pouco mais para as políticas públicas.

Quais são os próximos projetos? A senhora é muito ligada a Trindade. O marido da senhora disputou, inclusive, as últimas eleições. Qual é o projeto do grupo para os próximos anos?

Em Trindade, o projeto é a reeleição minha e do deputado estadual Dr. George, que somos representantes de Trindade. Nas eleições municipais de 2028, nós vamos apoiar o ex-prefeito Jânio Darrot (MDB), nosso pré-candidato à prefeitura. E estaremos trabalhando para levar recursos, para fortalecer cada vez mais o nosso município, como já temos feito, com várias obras importantes chegando a Trindade através dos nossos mandatos.

Leia mais no site

www.tribunadoplanalto.com.br

Análise

Italo Wolff
wolffic@gmail.com

BASTIDORES DO PODER

Guerra Fria na LDO e paz no palanque marcam uma semana agitada para Bruno Peixoto

Divulgação



O presidente da Alego manifestou em Goiás o crescimento do Legislativo sobre o orçamento; suas relações com o governismo podem ser recompensadas com uma candidatura a vice

O presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) teve uma semana cheia. Bruno Peixoto fez 52 anos na quarta-feira (13) e celebrou com grandes shows abertos ao público, com entrada gratuita, na Arena Multiplace. Em ano eleitoral, o aniversário teve cobertura da TV Alego e atrações nacionais. Além de artistas, o ato público reuniu autoridades como o governador Daniel Vilela (MDB), o presidente nacional do União Brasil, Antônio Rueda, a ex-primeira-dama Gracinha Caiado (UB) e outros.

De certa forma, o evento é uma metonímia: podemos tomar a acomodação dos diversos conflitos que marcaram a semana da Alego diante da festa opulenta como uma recapitulação da carreira de Bruno Peixoto. A história recente do presidente da Alego também é marcada pelo personalismo, e pelo tensionamento com o grupo a que pertence e o distensionamento diante da aprovação popular. Afinal, nas redes sociais, leem-se apenas elogios à celebração, e ficaram apaziguados os atritos que marcaram a semana do Legislativo.

LDO

Um dia antes de seu aniversário, Bruno Peixoto havia afirmado que a Alego discutiria alterações no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviado pelo governo estadual. Segundo o deputado estadual, o Executivo exigia anuência para movimentações internas de recursos dos demais Poderes, o que seria uma violação do prin-

cípio da independência. Entretanto, o governador demonstrou que os dispositivos questionados pelo presidente da Casa são idênticos aos que foram aprovados no ano passado (art. 26 § 2, art. 85 e art. 60 §2). "Quem informou que houve mudanças na LDO para Bruno informou de forma equivocada", disse Daniel Vilela em entrevista coletiva.

Os trechos se referem à execução e despacho dos gastos pela Secretaria de Economia do Estado, e não significam ingerência sobre outros poderes. A restrição de gastos (no art. 27) diz respeito ao cumprimento das leis de Responsabilidade Fiscal, das normas do Propag (programa federal de renegociação de dívidas), entre outros. O que o Legislativo goiano tentou fazer, na realidade, foi o mesmo que os legislativos de outros estados e da União têm feito já há alguns anos: avançar sobre o orçamento.

O processo se iniciou com a gestão de Arthur Lira (PP-AL) na Câmara dos Deputados, quando as emendas foram ampliadas para 2,5% do orçamento. Em todo o Brasil, o espírito do tempo é este: o esvaziamento das atribuições de supervisão fiscal do Executivo e a tomada de liberdades por parte do Legislativo e do Judiciário, que aumentam os próprios gastos. O que Bruno Peixoto busca de fato é poder para a Alego, com a inclusão do Legislativo como responsável pela execução e controle de gastos, em paridade com a Fazenda estadual e com a Controladoria-Geral do Estado



O presidente da Alego é indispensável para o governador: justamente por seu perfil "valorizador" do Legislativo. Bruno Peixoto traz os deputados estaduais para a base.

(CGE), responsável pelo acompanhamento das normas estabelecidas na LDO.

Em resposta, o governador deve enviar ainda em maio um projeto de lei específico para definir o teto de gastos global do Estado para 2026. A proposta se antecipa à Lei Orçamentária Anual de 2027 e serviria para disciplinar gastos dos outros poderes e órgãos autônomos. O equilíbrio fiscal é área sensível para o governo, em especial após levantamento do Centro de Liderança Pública (CLP) ter colocado o estado em 23º lugar na área Economia do Ranking de Competitividade dos Estados.

Neste contexto de conflito por ampliação de poderes, orçamento e autonomia, seria pos-

sível imaginar que a relação entre os líderes do Executivo e Legislativo estivesse estremecida. Mas a realidade não poderia ser mais diferente. O governador marcou presença no aniversário do presidente da Alego. Além disso, Bruno Peixoto é pré-candidato a deputado federal e cotado como possível pré-candidato a vice de Daniel Vilela em 2026 (posto que o alça à candidatura a governador em 2030, quando Daniel tiver cumprido dois mandatos).

UB-PP

Outro atrito que restou solucionado, ao menos temporariamente, diz respeito ao apoio da federação UB-PP à candidatura presidencial de Ronaldo Caiado (PSD). Enquanto as siglas UB e PP fazem parte da base governista em Goiás, esta não é a realidade em todo o país. O UB tem três ministérios no governo Lula (Turismo, Comunicações e Integração Nacional). Bruno Peixoto faz parte da base de Caiado e terá o trabalho de harmonizar a contradição do cenário estadual com o federal.

Na mesma quarta-feira, Bruno Peixoto foi oficializado como presidente estadual do UB em convenção realizada em Goiânia. Na ocasião, em que lideranças nacionais da sigla estavam reunidas, ele afirmou: "Vai ter uma discussão, vai ter uma prévia, mas ele [Caiado] vai ser lembrado também". O presidente nacional do UB, Antônio Rueda, reconheceu o peso político do ex-governador de Goiás, mas evitou falar sobre apoio à candidatura.

Bruno Peixoto e Ronaldo Caiado chegaram a ter conflitos há um ano, em maio de 2025, quando se cogitou a migração do deputado estadual para assumir a liderança do Avante, levando consigo outros deputados que faziam parte da base. A migração era motivada pelo desejo de ter "liberdade de escolha futura", e podia implicar no apoio à candidatura de Wilder Moraes, do PL, para governador. Porém, o diálogo fez com que continuassem no mesmo partido e que os projetos pessoais fossem colocados de lado.

Ainda antes, em 2024, outros conflitos: Bruno Peixoto afirmou em entrevistas ser pré-candidato a prefeito de Goiânia, mas foi desautorizado pelo então presidente estadual do UB, Ronaldo Caiado. A relação de ambos parece ter sido sempre marcada pela ambição de um sendo restrita pelo forte domínio de outro. Bruno Peixoto tem disposição para voar solo, mas o grupo de Ronaldo Caiado centraliza as articulações de forma estratégica já há oito anos.

No fim das contas, o presidente da Alego é indispensável para o governador: justamente por seu perfil "valorizador" do Legislativo (leia-se: de expansão de poderes e verbas parlamentares), Bruno Peixoto traz os deputados estaduais para a base. E a aliança com o governo bem aprovado é a principal plataforma para ele. Essa conformação também foi materializada na festa de aniversário, na qual Gracinha Caiado esteve presente. A eleição de Gracinha para o Senado é um dos principais projetos do UB sob Bruno Peixoto.

PL

Outro tensionamento na Alego que promete ter acomodação em breve: os deputados Amauri Ribeiro e Major Araújo (ambos PL) se ameaçaram de morte em plenário na última semana. Um acha que o partido deve ir com a base de Daniel Vilela, outro com Wilder Moraes. Bruno Peixoto interveio junto ao Conselho de Ética contra os deputados e, se Flávio Bolsonaro derreter por conta de seus telefonemas com Daniel Vorcaro, fica mais tentador para o PL no estado seguir o grupo de Bruno Peixoto, Daniel Vilela e Ronaldo Caiado.

ELEIÇÕES 2026

Pesquisas apontam forte consolidação de Daniel Vilela após assumir governo

Fotos: Secom



Daniel Vilela impôs um ritmo acelerado de trabalho, fazendo entregas, lançando obras e investindo em segurança pública



intencões de voto em cenário estimulado, 7 pontos a mais do que tinha em agosto de 2025, período ainda distante da eleição. O ex-governador Marconi Perillo (PSDB) e o senador Wilder Morais (PL) registraram, respectivamente, com 21% e 9%, e manteve-

ram-se estagnados.

Nesta quarta-feira (13/5), a Real Time Big Data confirmou o avanço da pré-candidatura de Daniel Vilela após 40 dias no cargo de governador. Ele cravou 38% em cenário estimulado contra 22% do tucano e 12% do senador. Em sondagem em março, antes de assumir o Executivo, Daniel tinha 34%, Marconi 24% e Wilder 12%.

Para além das pesquisas, Daniel Vilela assumiu o mandato com a preocupação de não haver descontinuidade da gestão muito bem avaliada do governador Ronaldo Caiado (PSD), que deixou o cargo com 84% de aprovação, de acordo com a mesma Quaest.

De lá para cá, o novo governador impôs um ritmo acelerado de trabalho, cumprindo agendas de entregas de casas a custo zero no interior, lançando novas obras em parceria com os municípios — os programas Goiás em Movimento para pavimentação de vias urbanas em 126 cidades e construção de pontes em mais 40 municípios, além de equipamentos e nova frota para as forças de segurança.

Em paralelo, Daniel Vilela manteve também agenda de pré-campanha com os encontros regionais em Luziânia e Rio Verde. Os dois eventos liderados por Daniel reuniram centenas de lideranças políticas, demonstrando a força do grupo governista no Entorno e no Sudoeste.

Com intensa agenda desde que chegou ao comando do Estado, pré-candidato à reeleição cresceu nos dois principais levantamentos divulgados, ampliando a vantagem na liderança

Da redação

Com agenda acelerada de entregas, lançamentos de obras e visitas aos municípios, o governador e pré-candidato à reeleição Daniel Vilela (MDB) ampliou seus números nas principais pesquisas divulgadas após ter assumido o cargo, em 31 de março. Os levantamentos da Quaest e da Real Time Big Data, divulgados entre abril e maio, mostram que só o emedebista cresceu, ampliando assim a vantagem sobre os potenciais adversários nas eleições de outubro.

A primeira pesquisa a registrar o crescimento de Daniel Vilela foi a Quaest, divulgada em 30 de abril, um mês após a ascensão ao cargo de governador. Nela, o emedebista chegou a 33% das

Oposição em Goiás: entre prisão no passado, marasmo e dificuldade de se apresentar

Na contramão da aceleração imposta por Daniel Vilela à frente do governo de Goiás, seus oponentes na disputa de outubro seguem com agendas esparsas, figuração em pautas nacionais ou ainda em sofrido embate interno para decisão da tática eleitoral.

O ex-governador Marconi Perillo até tenta construir um roteiro de pré-campanha, com reuniões e visitas aos municípios. Até aqui, porém, os encontros carecem de público para ouvi-lo,

restando apenas poucos (e antigos) aliados.

Além disso, o radar do tucano está no passado, com entrevistas em que alterna lembranças de seus mandatos com a tentativa de creditar a ele próprio os avanços conquistados pela atual gestão estadual. As pesquisas mostram que Marconi mantém-se no imaginário dos goianos, mas o desgaste do tempo de poder o acompanha em proporção muito superior.

O senador Wilder Morais

lutou para manter sua pré-candidatura ao governo mesmo contra a vontade de parte considerável dos membros de seu partido em Goiás. Vencida a batalha para se apresentar ao eleitor, Wilder recolheu-se.

Até aqui, a agenda do pré-candidato do PL confunde-se com a de alguém que luta para obter uma cadeira de vereador. Wilder desfila em feiras de alimentos com a desenvoltura de um 'peixe de aquário'. Realiza uma ou outra reu-

nião na sede do partido que ele comanda, entre uma viagem internacional e outra. Parece cumprir tabela. Se ele não se apresenta, o eleitor tampouco.

Soma-se a isso as cobranças de seu eleitorado prioritário, o bolsonarista, com a ausência de Wilder na sessão do Senado Federal que derrubou a indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal. Não colou a desculpa de que teria se atrasado para a votação, mas que sua posi-

ção era conhecida.

Já o PT em Goiás não consegue definir sequer um nome para a disputa ao governo, muito menos um projeto para Goiás. O mais competitivo é o da deputada Adriana Accorsi, que mantém empate técnico com Wilder. Ela, porém, prefere concorrer à reeleição. Sem Adriana, os aliados de Lula em Goiás têm alternativas bem menos consistentes. Nos próximos dias a legenda deve definir quem irá para o sacrifício.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Cidades industriais enfrentarão queda de arrecadação em Goiás

Mais de 100 municípios terão perda de R\$ 1 bilhão por ano

Carla Borges

A reforma tributária pode ter um impacto devastador para municípios que concentram grandes indústrias, devido à substituição do Imposto Sobre Serviços (ISS) pelo novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Estudos do Instituto Mauro Borges apontam que 102 municípios goianos podem enfrentar perdas de arrecadação de até R\$ 1 bilhão anuais.

A presença das indústrias garante a esses municípios uma expressiva arrecadação tributária graças ao recolhimento de

impostos como Imposto sobre Serviços (ISS, municipal) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, estadual). No entanto, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que os substituirá, o mecanismo de arrecadação passa a considerar o local onde acontece o consumo final de produtos e serviços, fazendo com que os recursos se concentrem nas cidades com maior consumo, e não necessariamente nos municípios responsáveis pela produção.

Diretor-executivo do IMB, Erik Figueiredo afirmou à Tribuna que a União será o único ente beneficiado com a reforma tributária. "Foi uma mudança que não contemplou a competição tributária, tratou o território brasileiro como se não houvesse heterogeneidade", avalia. "Localidades com muita produção e pequeno consumo vão perder, e isso vale

Codego



Municípios com forte presença de indústrias, como Anápolis, podem ter perda expressiva de arrecadação

tanto para Goiás como para municípios como Anápolis, Rio Verde, Aparecida de Goiânia", exemplificou.

O advogado tributarista Daniel Guimarães explica que a queda brusca na arrecadação pode comprometer a saúde financeira desses municípios goianos e afetar a capacidade de investimento destas cidades. Ele pontua que o período de transição para a aplicação efeti-

va das regras da reforma tributária é, de fato, mais longo do que muitos gestores percebem. "Isso cria uma janela real de planejamento, se usada com disciplina", analisa.

"A primeira providência é aparentemente simples, mas estrategicamente decisiva: maximizar a arrecadação do ISS e do ICMS até o final de 2026", orienta Daniel Guimarães, acrescentando que não se trata de "preciosis-

mo contábil". "É o que determina a Lei Complementar nº 227/2026: o coeficiente de distribuição futura do IBS para cada município será calculado com base na receita histórica desses tributos. Quem arrecadar bem agora protege sua posição no novo sistema", justifica.

A segunda frente, explica o advogado, é técnica e institucional. "As prefeituras precisam, urgentemente, realizar estudos para definir a alíquota-padrão do IBS municipal — esse é um dos poucos instrumentos de política fiscal que os municípios manterão —, adequar seus sistemas fiscais e capacitar suas equipes", aconselha.

"A terceira frente é estrutural: os municípios mais dependentes de ISS e ICMS precisam reduzir essa dependência. A reforma não proíbe gestão fiscal eficiente, ela cobra que ela exista", aconselha Daniel Guimarães.

QUANDO O BARULHO QUE VOCÊ FAZ NO TRÂNSITO PASSA DO LIMITE, ELE NÃO FICA SÓ LÁ FORA. INVADE CASAS, ESCOLAS, HOSPITAIS E ATRAPALHA A VIDA DE MUITA GENTE. **RUÍDO EM EXCESSO É INFRAÇÃO E CRIME. RESPEITE A LEI.**

GOIAS.GOV.BR/DETRAN

maio amarelo
NO TRÂNSITO, ENXERCIAR O OUTRO É SALVAR VIDAS

DETRAN
GOIÁS

GOVERNADOR DE GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

MINERAÇÃO

Debate sobre terras raras cresce após venda da Serra Verde e Governo de Goiás se defende

Divulgação/Mineradora Serra Verde

Venda da mineradora de Minaçu para empresa dos EUA intensifica disputa política sobre soberania mineral, enquanto governo goiano afirma que União teve conhecimento de todo o processo



Mineração Serra Verde, em Minaçu

Carlos Nathan Sampaio

A venda da mineradora Serra Verde, instalada em Minaçu, no norte de Goiás, para a norte-americana USA Rare Earth por US\$ 2,8 bilhões transformou as terras raras brasileiras em um dos principais temas do debate político e econômico no estado e no país nas últimas semanas. Enquanto integrantes do governo federal e aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) passaram a criticar acordos firmados pelo governo goiano com os Estados Unidos, a gestão estadual reagiu afirmando que Goiás está sendo alvo de uma disputa política mesmo sem possuir competência legal sobre a concessão mineral.

O caso ganhou força após a conclusão da negociação envolvendo a Serra Verde, considerada estratégica por operar a

única mina de argilas iônicas ativa do Brasil e também a única produtora fora da Ásia de elementos como disprósio, térbio, neodímio e ítrio — minerais fundamentais para a fabricação de veículos elétricos, turbinas eólicas, semicondutores, drones e equipamentos de defesa.

Apesar das críticas direcionadas ao governo de Goiás, a própria legislação brasileira estabelece que o subsolo pertence à União, cabendo ao governo federal autorizar concessões de lavra, regular operações envolvendo capital estrangeiro e fiscalizar o setor mineral.

A Serra Verde, inclusive, nunca teve controle brasileiro. A mineradora foi criada em 2010 com capital totalmente estrangeiro, envolvendo grupos de investimento dos Estados Unidos e do Reino Unido. Ou seja, a negociação realizada em

abril deste ano representou, na prática, uma transferência de controle entre empresas internacionais, e não a venda de uma companhia nacional ao capital estrangeiro.

DISPUTA GLOBAL E CRÍTICAS DO GOVERNO FEDERAL

O tema passou a ganhar dimensão geopolítica diante da disputa global por minerais críticos. Atualmente, a China domina cerca de 90% do processamento e refino mundial de terras raras, enquanto os Estados Unidos tentam reduzir sua dependência asiática buscando novas fontes de fornecimento, especialmente no Brasil.

A discussão ganhou ainda mais peso após o presidente Lula defender, durante visita à Índia em fevereiro deste ano, que o Brasil deixe de atuar apenas como exportador de maté-

ria-prima. “Nós não queremos apenas exportar matéria-prima. Queremos produzir aqui e gerar emprego aqui”, declarou o presidente na ocasião.

Poucos meses depois, o governo federal enviou ao Congresso um projeto de lei que regulamenta o setor de minerais críticos e permite à União vetar a venda de mineradoras para empresas estrangeiras, além de criar incentivos fiscais para companhias que realizarem processamento industrial em território brasileiro.

Entretanto, críticos do posicionamento federal apontam que o governo teve diversas oportunidades anteriores para intervir no setor e não adotou medidas concretas. A primeira ocorreu ainda durante o segundo mandato de Lula, quando a concessão de lavra da Serra Verde foi autorizada sem condi-

cionantes relacionadas ao processamento nacional. Durante mais de uma década, praticamente toda a produção mineral foi destinada à empresa chinesa Shenghe Resources sem questionamentos públicos dos diferentes governos federais que passaram pelo Palácio do Planalto.

A segunda oportunidade ocorreu em agosto de 2025, quando a agência norte-americana DFC aprovou um financiamento de US\$ 465 milhões para expansão da Serra Verde, valor posteriormente ampliado para US\$ 565 milhões. A operação permitiu à mineradora encerrar contratos com grupos chineses anos antes do previsto. Mesmo após reuniões diplomáticas envolvendo Lula e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o governo brasileiro não apresentou objeções formais.

Já a terceira ocorreu em abril deste ano, quando o jornal britânico Financial Times revelou que o financiamento norte-americano continha cláusulas direcionando o fornecimento dos minerais para os Estados Unidos e países aliados, excluindo explicitamente a China. Poucos dias depois, a USA Rare Earth confirmou a compra integral da Serra Verde.

Em meio à repercussão, o presidente Lula criticou duramente o acordo firmado entre Goiás e representantes norte-americanos em março deste ano. “É uma vergonha inclusive o que o Caiado fez em Goiás”, afirmou o presidente em entrevista ao portal ICL Notícias, alegando que o Estado teria avançado sobre as competências da União.

Governo de Goiás reage e debate chega à Assembleia

O governo goiano rebateu as declarações afirmando que o memorando assinado com os Estados Unidos não envolvia concessão mineral, mas sim intenções de cooperação tecnológica e industrialização.

Segundo a Secretaria de Comunicação do Estado, Goiás busca justamente evitar que o Brasil continue exportando apenas matéria-prima bruta para processamento no exterior. O governo estadual também destacou que firmou entendimentos semelhantes com o Japão para instalação de estruturas de separação e processamento mineral em território goiano.

O secretário-geral de Governo de Goiás, Gean Carlo Carvalho, fez uma das defesas

mais contundentes da estratégia adotada pelo Estado. Segundo ele, Goiás enxerga as terras raras como uma oportunidade histórica de desenvolvimento econômico e industrial. “Goiás enxerga as terras raras como uma agenda estratégica de desenvolvimento, inovação e soberania econômica. O nosso papel é garantir que esse potencial mineral seja tratado com responsabilidade e visão de futuro, atraindo investimentos, tecnologia e capacidade de processamento para o Estado”, afirmou.

Gean também criticou o que chamou de uso político do tema por setores ligados ao debate nacional. “O que nos preocupa é ver uma pauta estratégica para

o Brasil ser tratada com oportunismo político por quem prefere criar narrativa eleitoral a discutir soluções concretas. Enquanto alguns setores tentam ideologizar o tema, Goiás está agindo”, declarou.

O secretário reforçou ainda que o Estado pretende transformar Goiás em referência internacional no setor de minerais críticos.

“Não queremos que Goiás seja apenas fornecedor de matéria-prima. Queremos avançar na industrialização, agregar valor à cadeia produtiva, gerar empregos qualificados e posicionar o Estado como referência nacional e internacional nesse setor”, acrescentou.

Paralelamente à disputa

política, o tema também passou a mobilizar preocupações ambientais. O deputado estadual Antônio Gomide (PT) solicitou a realização de audiência pública para debater propostas ligadas à mineração na região da Chapada dos Veadeiros. O parlamentar questiona a revisão do plano de manejo da Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto, defendida pelo governo estadual.

A discussão ambiental se ampliou nesta terça-feira (13), quando a Assembleia Legislativa de Goiás realizou audiência pública sobre os impactos sociais, ambientais e econômicos da exploração de terras raras no Estado. O encontro reuniu represen-

tes do Ministério Público, Ibama, Defensoria Pública, pesquisadores e especialistas em mineração.

Durante a audiência, a deputada Bia de Lima (PT) afirmou que o debate sobre terras raras ultrapassa questões comerciais e envolve soberania nacional, desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

Mesmo diante das críticas e disputas políticas, Goiás segue apostando no fortalecimento da cadeia produtiva dos minerais críticos. O governo estadual defende que o Estado possui potencial para liderar o setor no Brasil, especialmente pela relevância das reservas existentes em território goiano, estimadas entre as maiores do mundo.

INSTITUCIONAL

Articulação no TCM acalma Câmara e dá trégua ao Paço sobre emendas

Divulgação

Após reunião no TCMGO, vereadores mantêm ambiente de tranquilidade, mas admitem risco de desgaste político caso pagamentos não avancem em um mês

Lucas de Godoi

A entrada mais direta da Câmara Municipal nas articulações para destravar os pagamentos das emendas parlamentares ajudou a acalmar, ao menos momentaneamente, o ambiente político entre vereadores e Prefeitura de Goiânia. Após reunião realizada na última quarta-feira (13) no Tribunal de Contas dos Municípios (TCMGO), articulada pelo prefeito em exercício, Anselmo Pereira (MDB), parlamentares passaram a trabalhar com a expectativa de liberação dos primeiros pagamentos dentro de um mês.

Além de Anselmo, participaram da reunião o presidente em exercício da Câmara, Isaías Ribeiro (Republicanos), assessores e representantes técnicos e jurídicos da prefeitura. A comitiva foi recebida pelo presidente da Corte, Joaquim de Castro, e pelo secretário-geral de Controle Externo, Rubens Custódio, para discutir as adequações necessárias à libera-



Prefeitura, Câmara e TCMGO avançaram nas tratativas para execução das emendas, diz integrante da Mesa Diretora

ção das emendas parlamentares municipais.

Após o encontro, o ambiente político é descrito como "calmo e sereno" pela Mesa Diretora. "Vereadores estão vendo movimentação da prefeitura, estão vendo a Mesa Diretora atuando, vendo o prefeito interino Anselmo indo pessoalmente ao TCM. Mas, se isso começar a demorar muito, aí a coisa pode pegar fogo", afirma Isaías Ribeiro à Tribuna do Planalto.

Segundo o presidente em exercício da Câmara, há esforço conjunto entre a prefeitura e o órgão para acelerar os ajustes técnicos exigidos pelos órgãos de controle. "Eles querem total rastreabilidade, transparência completa. A burocracia aumentou muito", observa Ribeiro.

"Havia a possibilidade de usar o Transferegov, mas parece que em alguns municípios não funcionou bem. A prefeitura criou uma plataforma própria e ela já teria recebido cerca de 99% de aprovação técnica", complementa.

Nos bastidores da Câmara, parlamentares relatam preocupação principalmente com programas sociais, entidades e serviços nos bairros que dependem diretamente das emendas para funcionamento. Em ano pré-eleitoral, a demora na execução também preocupa vereadores que pretendem disputar a reeleição ou apoiar aliados em 2026.

Entre os parlamentares mais críticos ao travamento das emendas está Igor Franco (MDB), que chegou a afirmar que a gestão municipal estaria

utilizando o decreto de calamidade financeira como justificativa para aplicar um "calote" no pagamento das emendas parlamentares.

AJUSTES

As mudanças na execução das emendas parlamentares em Goiânia começaram após orientações do Tribunal de Contas, baseadas nas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da ADPF 854, relatada pelo ministro Flávio Dino. As novas regras endureceram exigências de transparência, publicidade e rastreabilidade das emendas no Congresso Nacional e passaram a produzir reflexos também nos municípios.

Em março, relatório da Prefeitura de Goiânia apontou inconsistências técnicas em

parte significativa das emendas da saúde. Das 361 analisadas, apenas 169 foram consideradas aptas para execução naquele momento. O restante apresentava problemas de enquadramento jurídico, documentação insuficiente ou incompatibilidade técnica e precisaria de ajustes.

Na época, o Paço buscou reduzir a tensão com vereadores ao afirmar que a maior parte das inconsistências era "sanável" e que o objetivo não era barrar as emendas, mas adequá-las às novas exigências dos órgãos de controle.

Em nota à reportagem, o TCMGO destaca que "não há definição de prazo para conclusão das análises relacionadas à retomada da execução das emendas parlamentares municipais" e que, durante a reunião, foram entregues à comitiva "documentos e esclarecimentos técnicos, necessários para subsidiar uma nova avaliação por parte do TCMGO acerca das medidas adotadas pelo município em relação aos critérios de transparência e rastreabilidade exigidos".

Segundo o órgão, está prevista a realização de uma reunião entre auditores do TCMGO e representantes da Prefeitura de Goiânia, "com foco específico na análise das informações dos novos documentos encaminhados".

Em vídeo nas redes sociais, o presidente Joaquim de Castro disse que o objetivo comum é destravar a execução das emendas. "O que depender do tribunal, nós estamos dispostos a colaborar, e cooperar".

Prefeitura suspende novos empenhos e pagamentos de emendas

No mesmo dia da reunião entre representantes do Paço, da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCMGO), a prefeitura publicou orientação conjunta suspendendo temporariamente novos empenhos, pagamentos e transferências financeiras ligados às emendas parlamentares até a conclusão das adequações de transparência e rastreabilidade exigidas pelos órgãos de controle.

O documento foi assinado pela Procuradoria-Geral do Município (PGM), Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz), Secretaria Municipal de Captação de Recursos e Parcerias (Secap) e Controladoria-Geral

do Município (CGM), após recomendação expedida pelo Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCMGO).

Na justificativa da medida, os órgãos afirmam que a recomendação do Ministério Público de Contas orienta a "suspensão da execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares" até a "integral observância" das determinações estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo TCMGO.

O texto sustenta ainda que a prefeitura precisa implementar "mecanismos eficazes de transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares" e

argumenta que a paralisação total dos atos internos poderia "comprometer a própria implementação das medidas de transparência, rastreabilidade, planejamento, controle e governança exigidas pelos órgãos de controle".

Na prática, a medida impede a emissão de empenhos, liquidação de despesas, pagamentos, ordens bancárias e qualquer obrigação financeira relacionada às emendas parlamentares enquanto o município realiza as adequações técnicas exigidas.

Apesar do bloqueio financeiro, a prefeitura autorizou a continuidade de "atos administrativos prévios, preparatórios,

instrutórios e de saneamento processual", como abertura de processos, análises técnicas, pareceres jurídicos, estudos de viabilidade e organização documental necessária para alimentação dos mecanismos de transparência.

RESPOSTA

Procurada pela reportagem, a Secretaria Municipal de Articulação Institucional e Captação (Secap) informou que a Prefeitura de Goiânia já apresentou ao Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás "todas as readequações e ajustes sugeridos em relação às emendas parlamentares municipais, atendendo às exigências de

transparência, rastreabilidade e controle estabelecidas pelos órgãos fiscalizadores".

Segundo a pasta, a reunião teve como objetivo alinhar os "últimos procedimentos necessários para a liberação definitiva da nova plataforma desenvolvida pelo município". A Secap não marcou uma data, mas afirmou que "trabalha para que o sistema entre em operação o mais breve possível" e destacou que "a liberação ocorrerá somente após o pleno atendimento das determinações e validações necessárias, assegurando total regularidade no processo e o cumprimento das normas estabelecidas pelo TCMGO e demais instâncias de fiscalização".



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

Ancelotti anuncia a lista dos convocados para a Copa

A ansiedade chegou ao fim, Carlo Ancelotti anuncia nesta segunda-feira, 18 de maio, a lista dos convocados para a Copa do Mundo que será realizada em julho nos Estados Unidos, México e Canadá. A maior expectativa gira em torno da convocação ou não do atacante Neymar, do Santos, até o momento tratada com muita cautela no ambiente da seleção brasileira. Sobre o assunto, Carlo Ancelotti tem enfatizado que a decisão sobre a convocação de Neymar está sendo tratada com muito carinho e será decidida momentos antes da divulgação dos convocados.

Ancelotti tem focado seu trabalho na seleção brasileira com base no equilíbrio emocional, unindo as características do futebol brasileiro com a organização tática e a disciplina do futebol europeu. O técnico da seleção brasileira renovou seu contrato com a CBF até 2030, trazendo estabilidade ao comando técnico. Nos bastidores da CBF, todo o suporte necessário para acomodar bem a delegação brasileira foi colocado à disposição do grupo que vai à Copa. Em Nova Jersey, hotéis privados e centros de treinamento modernos estão acertados para garantir a privacidade e o alto nível de preparação da seleção do Brasil. O clima atual busca superar os desafios de ciclos anteriores, focando intensa-



Muito pressionado, Ancelotti pode convocar Neymar

mente na coesão do grupo e na preparação mental para o torneio mundial de 2026.

O técnico Carlo Ancelotti anunciará a lista dos 26 convocados definitivos da seleção brasileira, em evento a ser realizado no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. A lista oficial será revelada, seguida de entrevista ao Jornal Nacional. O grupo inicia os preparativos para a Copa no dia 25 de maio. Uma pré-lista com 55 nomes foi elaborada por Ancelotti. Nesta relação, aparecem nomes como Neymar, Alisson, Marquinhos, Casemiro, Bruno Guimarães, Vini Jr. e Raphinha e podem aparecer na lista definitiva. A expectativa é muito alta para a primeira Copa do Mundo de Carlo Ancelotti.

Na pré-lista enviada à CBF contendo 55 nomes, estão os seguintes jogadores:

GOLEIROS

- ✓ Alisson (Liverpool)
- ✓ Bento (Al-Nassr)
- ✓ Ederson (Fenerbahçe)
- ✓ Hugo Souza (Corinthians)
- ✓ John (Nottingham Forest)
- ✓ Weverton (Grêmio)

DEFENSORES

- ✓ Alex Sandro (Flamengo)
- ✓ Alessandro Ribeiro (Lille)
- ✓ Bremer (Juventus)
- ✓ Carlos Augusto (Inter de Milão)
- ✓ Danilo (Flamengo)
- ✓ Douglas Santos (Zenit)
- ✓ Fabrício Bruno (Cruzeiro)
- ✓ Gabriel Magalhães (Arsenal)
- ✓ Ibañes (Al-Ahli)
- ✓ Kaiki Bruno (Cruzeiro)
- ✓ Leo Pereira (Flamengo)
- ✓ Luciano Juba (Bahia)
- ✓ Marquinhos (PSG)
- ✓ Paulo Henrique (Vasco da Gama)
- ✓ Thiago Silva (Porto)
- ✓ Vitinho (Botafogo)
- ✓ Vitor Reis (Girona)
- ✓ Wesley (Roma)

MEIO DE CAMPO

- ✓ Andreas Pereira (Palmeiras)
- ✓ Andrey Santos (Chelsea)
- ✓ Bruno Guimarães (Newcastle)
- ✓ Casemiro (Manchester

United)

- ✓ Danilo (Botafogo)
- ✓ Ederson (Atalanta)
- ✓ Fabinho (Al-Ittihad)
- ✓ Gabriel Sara (Galatasaray)
- ✓ Gerson (Cruzeiro)
- ✓ João Gomes (Wolverhampton)
- ✓ Lucas Paquetá
- ✓ Matheus Pereira (Cruzeiro)

ATACANTES

- ✓ Antony (betis)
- ✓ Endrick (Lyon)
- ✓ Gabriel Martinelli (Arsenal)
- ✓ Gabriel Jesus (Arsenal)
- ✓ Igor Jesus (Norttingham Forest)
- ✓ Igor Thiago (Brentford)
- ✓ João Pedro (Chelsea)
- ✓ Kaio Jorge (Cruzeiro)
- ✓ Luiz Henrique (Zenit)
- ✓ Matheus Cunha (Manchester United)
- ✓ Neymar (Santos)
- ✓ Pedro (Flamengo)
- ✓ Raphinha (Barcelona)
- ✓ Rayan (Bournemouth)
- ✓ Richarlison (Tottenham)
- ✓ Samuel Lino (Flamengo)
- ✓ Vini Jr. (Real Madrid).

Carlo Ancelotti afirmou que já tem 24 nomes definidos para a lista oficial de convocados para a Copa do Mundo. Restam dois jogadores para fechar a relação do grupo que estará na Copa tentando o hexacampeonato para o Brasil. Ancelotti afirmou recentemente que a concorrência para as



Fotos: Divulgação

Com contrato renovado até 2030, Ancelotti está pronto para sua primeira Copa como técnico

duas vagas existentes é muito grande, o que dificulta a definição das vagas. A seleção brasileira vai para mais uma Copa do Mundo bastante pressionada, em função dos 24 anos sem conquistar um título mundial. Caso não vença mais uma vez, pode igualar seu maior jejum sem título de Copa. O Brasil está no grupo C, ao lado de Marrocos, Haiti e Escócia. O selecionado canarinho fará sua estréia na Copa do Mundo no dia 13 de junho, sábado, às 19h (horário de Brasília), no MetLife Stadium, em Nova Jersey, nos Estados Unidos. Por aqui não existe clima de Copa do Mundo, como sempre acontece. O torcedor brasileiro nunca esteve tão desanimado e desacreditado com a seleção como agora. Os jogadores que serão anunciados na segunda-feira, 18 de maio, são em sua maioria desconhecidos. O futebol apresentado nas eliminatórias e amistosos realizados não empolga o torcedor. O hexa até pode vir, mas se acontecer, será uma grande surpresa em todo o Brasil.

Clubes goianos eliminados das Copas do Brasil e Centro-Oeste

Primeiro foi o Goiás, eliminado da Copa do Brasil no Mineirão pelo Cruzeiro ao ser derrotado por 1 a 0. Em seguida, o Vila Nova perdeu nos pênaltis para o Anápolis no estádio Onésio Brasileiro Alvarenga, perdendo a oportunidade de decidir o título da Copa Centro-Oeste. Por último, o Atlético Goianiense também foi eliminado da Copa do Brasil ao empatar sem gols no tempo normal com o Athletico do Paraná e ser derrotado na cobrança de penalidades. O Dragão fez uma boa partida, poderia ter se classificado no tempo normal de jogo, criou boas oportunidades mas não foi feliz nas conclusões. Ao serem eliminados da Copa do Brasil, Goiás e Atlético deixaram de faturar a quantia de R\$ 3 milhões.

Resta agora para Goiás, Vila Nova e Atlético a série B do

campeonato brasileiro. É a principal competição para os clubes goianos. O objetivo principal de todos é o acesso à primeira divisão do futebol nacional, por isso, as atenções se voltam exclusivamente para a conquista da vaga na série A. No Goiás, além de deixar de faturar uma ótima premiação, ainda perdeu o goleiro Tadeu para os próximos 60 dias, ao se contundir em uma dividida com o atacante do Cruzeiro. O titular do gol esmeraldino sofreu fratura na tibia, passou por cirurgia e já iniciou o processo de recuperação. A Copa Centro-Oeste é uma competição muito questionada, não possui apelo popular, não oferece uma premiação tão atrativa como a Copa do Brasil e apresenta qualidade técnica tão criticada.

Os clubes participantes vêm de centros esportivos

pouco conhecidos no cenário do futebol brasileiro, como o Tocantins, Espírito Santo e Distrito Federal. Talvez por isso, os principais clubes goianos que participam desta competição preferem disputar os jogos com equipes alternativas, ou até mesmo com suas equipes de base. A CBF tentou melhorar a antiga Copa Verde, transformando-a em Copa Centro-Oeste e criando uma final entre campeão da Copa Centro-Oeste e Copa Norte, oferecendo ao vencedor o título da tal Copa Verde. O campeão da Copa Verde ganha vaga na terceira fase da Copa do Brasil em 2027. Mesmo assim, essa Copa regional continua muito ruim, técnica e financeiramente.

Melhor mesmo para os times goianos focar suas atenções para a série B e buscar uma vaga na elite do futebol brasileiro, como é o objetivo

maior de todos. Mas nenhuma das equipes da capital estão prontas para subir. Precisam reforçar seus elencos em todos os setores para lutarem por uma das vagas na série A de 2027. No Atlético, o técnico Eduardo Souza não agrada seu torcedor. Adson Batista insiste em mantê-lo no comando da equipe, mas se não mudar, dificilmente vai alcançar o objetivo de voltar à série A. O Vila contratou Guto Ferreira, é um bom técnico, mas não tem elenco em mãos para tentar o sonhado acesso. Os últimos resultados provam que o time é limitado e a torcida já começa a pressionar os dirigentes para contratar reforços na janela de julho.

O Goiás tem carências no gol e no ataque. No gol em função da contusão de Tadeu. Não existe definição ainda sobre sua volta ao time titular.



Goleiro Santos defende penalidades e garante vaga para o Furacão

A defesa falha muito, precisa se reforçar. O meio e campo esmeraldino é o único setor que está bem servido de jogadores. O ataque é o mais carente. O time precisa de jogadores nas extremas e no comando de ataque. Por incrível que possa parecer, o questionado Jajá faz muita falta ao ataque do Goiás. O jogador foi negociado com o Clube do Remo e por lá se transformou em um dos principais atacantes do time na série A.

ESCOLA

DOCENTES

Formação de professores acende debate sobre qualidade do ensino no país

Criada com IA

Proposta que exige mais aulas presenciais nas licenciaturas sofre resistência do setor privado e tem votação adiada após pressão no Conselho Nacional de Educação



CNE adiou votação das novas diretrizes para licenciaturas após pressão de representantes do ensino privado

Em nota técnica, a organização Todos Pela Educação classificou a proposta como um avanço importante para a educação brasileira e defendeu sua aprovação imediata. O principal ponto destacado pela entidade é a manutenção da exigência de que pelo menos 50% da carga horária das licenciaturas seja realizada presencialmente.

Dhayane Marques

A discussão sobre a qualidade da formação de professores no Brasil ganhou novo capítulo nesta semana. O Conselho Nacional de Educação (CNE) adiou a votação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de licenciatura após pressão de representantes do ensino privado. O texto, considerado estratégico por especialistas e entidades educacionais, seguirá agora para consulta pública.

A proposta atualiza as regras da formação inicial docente após a publicação do Decreto nº 12.456/2025, que proibiu cursos de licenciatura totalmente a distância. A medida redefiniu os parâmetros do ensino semipresencial e abriu uma disputa entre defensores de maior flexibilização dos cursos e setores que defendem mais atividades presenciais na formação dos futuros professores.

Segundo o estudo, a formação docente exige experiências práticas, convivência no ambiente escolar e trocas pedagógicas constantes entre licenciandos, professores universitários e redes de ensino. Para a organização, essas vivências não podem ser substituídas integralmente por plataformas digitais.

A proposta em análise no CNE também estabelece que parte da carga horária a distância ocorra por meio de atividades síncronas mediadas, com interação simultânea entre estudantes e professores. O modelo tenta evitar que os cursos semipresenciais funcionem apenas

com conteúdos gravados e atividades automatizadas.

FORMAÇÃO PRÁTICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO ENTRAM NO CENTRO DO DEBATE

Outro eixo considerado fundamental pelas entidades educacionais é o fortalecimento do estágio supervisionado. A nova minuta amplia as regras para acompanhamento das atividades práticas e define com mais clareza o papel das redes públicas de ensino como parceiras na formação inicial dos docentes.

O texto prevê convênios específicos entre instituições de ensino superior e escolas da educação básica, além de estabelecer critérios para seleção e acompanhamento dos professores supervisores.

A proposta também assegura carga horária mínima para atividades voltadas diretamente à prática pedagógica. Segundo o Todos Pela Educação, o objetivo é aproximar a formação univer-

SAIBA MAIS

O que está em debate nas novas diretrizes para licenciaturas

Presencialidade mínima

✓ A proposta mantém a exigência de que pelo menos 50% da carga horária dos cursos de licenciatura seja presencial. O setor educacional defende que a prática docente exige vivência direta no ambiente escolar.

Limites para o ensino a distância

✓ O Decreto nº 12.456/2025 proibiu licenciaturas 100% EAD e criou a modalidade semipresencial. O tema abriu disputa entre entidades da educação e representantes do ensino privado.

Aulas síncronas obrigatórias

✓ O texto prevê que parte da carga horária remota aconteça em atividades síncronas mediadas, com interação simultânea entre alunos e professores.

Fortalecimento do estágio supervisionado

✓ A proposta amplia regras para acompanhamento das atividades práticas e reforça a presença dos estudantes nas escolas de educação básica.

Participação das redes públicas

✓ Escolas e redes de ensino passam a ter papel mais definido na formação inicial dos professores, com convênios e acompanhamento institucional.

Qualidade da formação docente

✓ Entidades como o Todos Pela Educação defendem que as mudanças aproximam os cursos da realidade das salas de aula e podem melhorar a aprendizagem dos estudantes.

sitária da realidade encontrada nas salas de aula.

A entidade argumenta que professores bem preparados representam condição essencial para melhorar os índices de aprendizagem e reduzir desigualdades educacionais no país.

O adiamento da votação no CNE, no entanto, ampliou a preocupação de especialistas sobre possíveis atrasos na implementação das novas regras. O tema

expõe uma disputa crescente entre modelos de formação docente no Brasil, especialmente diante da expansão acelerada do ensino superior a distância nos últimos anos.

Para pesquisadores e representantes da educação pública, o debate envolve não apenas a modalidade de ensino, mas também a valorização da carreira docente e os impactos diretos na qualidade da educação básica.

SALÁRIO

Congresso debate nova regra para reajuste do piso dos professores e financiamento da educação

A comissão mista do Congresso Nacional debateu nesta quinta-feira a Medida Provisória 1.334/2026, que altera os critérios de reajuste do piso salarial nacional dos professores da educação básica pública. A proposta abriu divergências entre representantes da educação, gestores públicos e entidades municipalistas sobre financiamento, valorização profissional e impacto fiscal nos municípios.

A audiência foi conduzida pela senadora Teresa Leitão, vice-presidente da comissão, que defendeu a medida como alternativa para

reduzir disputas judiciais relacionadas ao piso do magistério.

Segundo a parlamentar, a MP busca criar um modelo de atualização salarial mais estável e viável para estados e municípios.

Representando o Ministério da Educação, Gregório Durlo Grisa afirmou que a proposta pretende garantir maior segurança jurídica e estabelecer uma fórmula permanente para correção do piso.

O novo modelo prevê reajuste com base na inflação medida pelo INPC, somada a ganho real calculado a partir da média de crescimento das receitas do Fundeb nos

últimos cinco anos.

A secretária de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Guelda Cristina de Oliveira Andrade, avaliou que a proposta cria mecanismos de proteção tanto para os profissionais quanto para os cofres públicos. Segundo ela, a MP impede reajustes abaixo da inflação e também limita aumentos acima do crescimento das receitas do Fundeb.

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Luiz Miguel Martins

Garcia, defendeu a proposta sob o argumento de que municípios precisam de previsibilidade orçamentária para cumprir os reajustes salariais.

Já representantes de prefeitos e municípios demonstraram preocupação com os impactos fiscais da medida. O presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, criticou a ausência de novas fontes de financiamento para custear os aumentos do piso.

O prefeito de Muriaé, em Minas Gerais, Marcos Guarino, afirmou que muitas cidades já

enfrentam dificuldades para manter as contas da educação equilibradas e cobrou maior participação financeira da União.

Durante a audiência, a deputada estadual Beatriz Cerqueira também defendeu a valorização dos profissionais da educação e criticou o uso de recursos públicos em contratos privados ligados ao setor educacional.

A comissão mista deve votar o relatório da MP nos próximos dias. Caso não seja aprovada pelo Congresso Nacional até 1º de junho, a medida provisória perderá a validade.